

## **AS INTERFERÊNCIAS DA GESTÃO SOCIAL DE ESPAÇOS PÚBLICOS NA DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DEMANDAS INSERIDAS NOS ORÇAMENTOS: O CASO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE IJUÍ (CODEMI)<sup>1</sup>**

**Caroline Da Rosa<sup>2</sup>, Sérgio Luís Allebrandt<sup>3</sup>.**

<sup>1</sup> Subprojeto vinculado à Pesquisa Institucional “Governança e Governabilidade: Interfaces entre a Gestão Social dos Espaços Públicos e as Políticas Públicas no Noroeste Colonial Gaúcho”, no âmbito do Grupo de Pesquisa GPDeC e da Linha de Pesquisa Administração Pública e Gestão Social do PPGDES/UNIJUI

<sup>2</sup> Aluna do curso de Administração da UNIJUI, Bolsista PIBIC/CNPq, kahrouzinha@gmail.com

<sup>3</sup> Professor Doutor do PPGDES/UNIJUI, Orientador, allebr@unijui.edu.br

### Introdução

França Filho (2008) compreende a gestão social, no nível societário, como a gestão das demandas e necessidades do social, que para além do Estado pode se dar via a própria sociedade. Tenório (2008, p. 39) entende a gestão social como “o processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação”, tendo todos direito à fala, sem nenhum tipo de coação. A gestão social deve acontecer na esfera pública e apresenta como novidade a tomada de decisão compartilhada entre sociedade, Estado e mercado, tendo como finalidade a resolução dos problemas da sociedade e a sua emancipação. Para Souza (2006) política pública pode ser definida como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

Conforme Allebrandt (2002) no bojo do processo de descentralização a partir da atual Constituição surgiram na década de 90 os conselhos municipais, com o intuito de incorporar de forma efetiva a participação da sociedade civil na gestão pública. Segundo o autor, os conselhos apresentam-se idealmente como elemento de ligação na relação da sociedade civil com o Estado e têm como responsabilidade orientar/definir as políticas, acompanhar sua execução e fiscalizar a qualidade dos serviços.

O Conselho de Desenvolvimento do Município de Ijuí (Codemi) é um dos responsáveis para o debate público sobre a participação da sociedade civil nos processos de formulação de políticas. De acordo com Allebrandt (2002), analisar os conselhos, conhecendo sua forma de organização, estrutura, composição e competências, é fundamental para entender até que ponto estes instrumentos se constituem efetivamente como processo de construção da cidadania interativa e prática de gestão social.

Nesse sentido, o objetivo geral deste subprojeto é descrever e analisar a dinâmica de funcionamento do Codemi com vistas ao processo de formulação de políticas públicas, analisando as interfaces com as políticas públicas locais e regionais. Os objetivos específicos são caracterizar o Codemi, descrevendo e analisando sua dinâmica de funcionamento à luz da Gestão Social, efetuar o



**Modalidade do trabalho:** Relatório técnico-científico

**Evento:** XXI Seminário de Iniciação Científica

mapeamento documental das decisões do Codemi, e verificar as influências da gestão social no processo de formulação de políticas públicas.

### Metodologia

Realizou-se pesquisa bibliográfica sobre políticas públicas e sobre gestão social. Realizou-se também pesquisa documental (leis, regimentos interno, atas de reuniões, relatórios, pareceres e resoluções) junto ao Codemi. Num segundo momento, com base em roteiro semi-estruturado foram realizadas entrevistas com integrantes do Codemi e agentes públicos. As entrevistas e os documentos orientaram a fase interpretativo-analítica do trabalho, com vistas à discussão e apresentação dos resultados.

### Resultados e Discussão

O Codemi foi criado em 1992 por meio da Lei Municipal (LM) nº 2.743, instalado em 1993, e teve o seu regimento interno aprovado em 1994. Posteriormente, foi reestruturado pela LM n. 4.046 de 2002. Sua estrutura organizacional é composta pelo Fórum Municipal de Desenvolvimento (aberto a qualquer cidadão ijuicense, constitui-se na instância político-deliberativa que aprecia o Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento de Ijuí - PEPI), pela Assembleia do Conselho (entidades que voluntariamente desejam participar), pelo Conselho Diretor, pelo Núcleo de Coordenação, por três Comissões Permanentes (Infraestrutura e Gestão Pública, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Social) e Comissões Temáticas Especiais. Dos dezesseis integrantes do Conselho Diretor, oito são eleitos na Assembleia Geral e oito são membros natos.

Estudos analisam a importância do Codemi no processo de desenvolvimento de Ijuí e região, em especial nos períodos de 1992 a 1998 e 2002 a 2010. Participa ativamente da dinâmica do desenvolvimento local e regional. Atuou na organização e realização dos Encontros Estaduais dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (Passo Fundo, em 2007 e Ijuí em 2010). No período de 2002 a 2003 coordenou o processo de elaboração do PEPI, revisado e atualizado em 2007. Em 2008 organizou os Seminários Integradores dos Conselhos Municipais de Ijuí, com a participação dos candidatos a prefeito e vice-prefeito para o pleito municipal daquele ano. Em 2009 coordenou em parceria com o novo governo a implantação do processo do PPA-Participativo e do Orçamento Comunitário Participativo (OCP) (ALLEBRANDT, 2002; 2012a; 2012b). Além disso, o Codemi envolve-se anualmente por cerca de três meses no processo de Participação Popular e Cidadã (PPC) estadual, coordenando-o no município e atuando de forma integrada com o Corede Noroeste Colonial na coordenação em âmbito regional, pois a coordenadora geral do Codemi integra o Conselho de Representantes do Corede.

No entanto, em especial ao referirem-se aos últimos três anos, os entrevistados apontam para o fato de que o Codemi não vem conseguindo cumprir de maneira adequada as suas atribuições. Um dos agentes públicos alerta para o fato de que o mandato dos atuais integrantes e dirigentes do Codemi está vencido, sem que tenha sido convocado processo para renovação. Este mesmo entrevistado lembra que o Fórum municipal não teria sido convocado nos últimos anos. De acordo integrantes do núcleo de coordenação, a culpa cabe ao próprio poder executivo, pois o mesmo não efetuou a





**Modalidade do trabalho:** Relatório técnico-científico

**Evento:** XXI Seminário de Iniciação Científica

atualização dos membros da assembleia, condição para a convocação da mesma, que deve ser feita por edital conjunto assinado pelo Prefeito Municipal e pelo Coordenador do Codemi. Para um agente público o conselho “está atuando mas não tem se envolvido pra fazer aquilo que é o principal, que é manter a comunidade mobilizada”. Entrevistados entendem que o Codemi possui caráter mais consultivo do que deliberativo, já que suas decisões, via de regra, podem ser modificadas pela Câmara de Vereadores, pelo menos no que se refere aos subsídios a empresas industriais e de serviços. De fato, em algumas matérias, como na apreciação do PEPI, o conselho é deliberativo. Em outras, como no caso de subsídios a organizações filantrópicas, é consultivo. No entanto, seus pareceres, mesmo nesses casos, são normalmente considerados pelo Executivo e pelo Legislativo. Entrevistados afirmam que falta capacitação para muitos dos integrantes do Codemi e dos demais conselhos municipais. Há necessidade de programa permanente de qualificação de conselheiros e conselhos. Integrantes reclamam da ausência total de membros natos, em especial os representantes do poder legislativo e dos empresários, além da ausência do próprio prefeito, em especial neste último mandato municipal. Pela leitura das atas e resoluções, foi observado que os principais temas discutidos no âmbito do Codemi dizem respeito à apreciação de incentivos à ampliação ou instalação de indústrias no município de Ijuí e aos processos de participação no âmbito local e estadual.

### Conclusões

As análises apontam no sentido da importância do Codemi para o processo de construção da cidadania e de desenvolvimento local e regional. No entanto, apesar de o conselho estar atuando, é fundamental que seja renovado na sua composição e que recupere seu papel articulador dos demais conselhos municipais, garanta uma estrutura de apoio por parte do Poder Executivo e estabeleça um programa permanente de qualificação para os conselheiros, agentes e atores sociais, visando ampliar a participação cidadã no processo de planejamento e gestão das políticas públicas.

Fomento: PIBIC/CNPq

Palavras-Chave: conselhos, participação, sociedade civil, gestão social.

### Agradecimentos

Agradeço à oportunidade de construção de conhecimento participando de projeto de pesquisa como bolsista PIBIC/CNPq

### Referências Bibliográficas

ALLEBRANDT, S. L. A participação da sociedade na gestão pública local e na produção das políticas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

\_\_\_\_\_. Planejamento do Desenvolvimento e Elaboração de Orçamentos Públicos: a Participação da Sociedade Civil. In: 18th APDR Congress. Faro, Portugal, junho de 2012. Atas Proceedings. Universidade do Algarve, Faro, Portugal; APDR, Universidade Açores, Portugal. 2012a. p. 510-524





# SALÃO DO CONHECIMENTO

UNIJUÍ 2013  
Ciência • Saúde • Esporte



**Modalidade do trabalho:** Relatório técnico-científico

**Evento:** XXI Seminário de Iniciação Científica

\_\_\_\_\_. Espaços públicos e processos deliberativos: categorias e indicadores para monitoramento e análise. In: BEDIN, G. A. Cidadania, Direitos Humanos e Equidade. Ijuí: Editora Unijuí, 2012b. P. 151-196.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Definindo Gestão Social. In: SILVA JUNIOR, J. T.; MÂSIH, R. T. (org). Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em 25/01/2013.

TENÓRIO, F. G. (Re) visitando o conceito de gestão social. In: SILVA JUNIOR, J. T.; MÂSIH, R. T. (org). Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

